

# O CEDOCAVE-CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE ÁGUA NO CÁVADO E AVE

Um projeto para preservar a memória e divulgar o  
património e cultura da água

Francisco SILVA COSTA

*Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, CEGOT-Centro  
de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território,  
[costafs@geografia.uminho.pt](mailto:costafs@geografia.uminho.pt)*

José Manuel LOPES CORDEIRO

*Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, CITCEM – Centro  
de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»,  
[jmlopes.cordeiro@gmail.com](mailto:jmlopes.cordeiro@gmail.com)*

**Resumo:** O CEDOCAVE- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE ÁGUA NO CÁVADO E AVE, é um projeto da autoria da Universidade do Minho e que se propõe desenvolver um Projeto-âncora sustentado no arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte por forma a concretizar diversas ações/atividades num edifício a recuperar na zona de Couros da cidade de Guimarães.

**Palavras-chave:** CEDOCAVE, arquivos, água, património, Rio Ave, Rio Cávado.

**Abstract:** The CEDOCAVE – CÁVADO AND AVE WATER DOCUMENTATION CENTER is a project of Universidade do Minho, with the propose is to develop an anchor-project based on the collection of historical documents of ARH-North, in order to implement various actions / activities in a building to recover in the Couros Area of the city of Guimarães.

**Key-words:** CEDOCAVE, archives, water, heritage, River Ave, River Cávado

## INTRODUÇÃO

O CEDOCAVE - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE ÁGUA NO CÁVADO E AVE é um projeto que se desenvolve numa área que em Portugal se encontra ainda numa fase embrionária: a organização, exploração e divulgação da informação contida nos arquivos públicos. O CEDOCAVE pretende recuperar a memória em torno do património e cultura ligados à água no Domínio Público Hídrico (DPH) das bacias hidrográficas do rio Ave e rio Cávado.

## PONTO DE PARTIDA: A PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS

A salvaguarda de documentos, nomeadamente de origem pública, que testemunhem a vida coletiva, nos seus mais diversificados aspetos, como elementos essenciais da memória histórica de um país, constitui hoje em dia uma necessidade imperiosa, traduzida nas estratégias que tanto as autoridades nacionais como as da União Europeia têm vindo a preconizar no sentido de se conseguir uma maior aproximação dos cidadãos ao seu

património arquivístico.

No que respeita a Portugal, e de acordo com LACERDA (2011), a Direção-Geral de Arquivos (DGARQ) tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas sobre a situação dos arquivos da Administração Central do Estado (ACE), com vista a uma caracterização da estrutura e do funcionamento dos sistemas de arquivo das respetivas entidades que a integram, ao conhecimento da atuação das secretárias-gerais no âmbito das suas competências de gestão de documentos de arquivo, assim como do fornecimento de dados que suportem a elaboração de uma proposta de estratégia conjunta das secretárias-gerais no domínio da qualificação dos sistemas de arquivo da ACE.

O objetivo destas iniciativas ambiciona também resolver um problema que se tem arrastado, sem solução, durante décadas, evitando a contínua acumulação de grandes massas documentais, na maioria dos casos sem orientações relativamente ao processo de avaliação e triagem, a fim de se pôr em prática uma política que contribua para a informação dos cidadãos, ou seja, preservando e tornando acessíveis aqueles documentos. Deste modo, espera-se que o período de estrangimento orçamental que o país atravessa devido ao plano de resgate internacional que está a ser aplicado não venha a condicionar a disponibilidade dos meios necessários para a concretização destes objetivos, postergando uma vez mais a sua resolução para um futuro incerto.

## **1.1 Fundamentação**

Conforme o Decreto-Lei n.º 47/2004 de 3 de Março, o Estado, especialmente através da administração central, bem como as demais entidades públicas e privadas têm o direito e o dever de preservar, organizar, defender e valorizar o património arquivístico nacional. Constituem o património arquivístico os documentos, qualquer que seja a data, forma ou suporte material, produzidos ou recebidos por uma entidade pública ou privada no exercício da sua atividade. Inicialmente conservados a título de prova ou informação; esses documentos, se considerados de valor permanente, decorrente da sua relevância jurídica, política, económica, social, cultural ou científica, devem ser integrados em arquivos históricos para que possam ser utilizados pelos investigadores e pelos cidadãos em geral. A obrigatoriedade de incorporar em arquivos públicos a documentação histórico-cultural de interesse nacional é referida em vários diplomas legais, nomeadamente nos Decretos-Leis n.ºs 447/88, de 10 de Dezembro, 16/93, de 23 de Janeiro, e 60/97, de 20 de Março, e na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Costa e Cordeiro, 2012).

A Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte) é possuidora de um valioso acervo documental resultante da atividade centenária desenvolvida pelos diferentes organismos com tutela sobre a gestão da água e o planeamento dos recursos hídricos, compreendendo, entre os milhares de pastas aí existentes, os processos relacionados com o Domínio Público Hídrico (DPH) das Bacias Hidrográficas das Regiões Hidrográficas 1, 2 e 3.

O acervo documental e técnico dos antigos Serviços Hidráulicos do Douro, no norte de Portugal, pertença da atual Administração da Região

Hidrográfica do Norte (ARH do Norte), é a oportunidade para entendermos uma Instituição Pública, onde a água e o seu uso marcam profundamente as relações sociais e as expectativas económicas. Para fazermos a história dos Serviços Hidráulicos do Douro e compreendermos o papel desempenhado por esta instituição pública na economia e sociedade nortenha, são fundamentais os documentos técnicos e administrativos que produziu, assim como toda a correspondência e projetos que lhe foram endereçados, enquanto entidade competente na gestão dos recursos hídricos, no norte de Portugal, CAMPELO (2011). Os processos arquivados no acervo da ARH-NORTE, I. P., contam casos de estudo que percorrem os usos das águas públicas para diferentes fins, as modalidades da sua utilização, nas técnicas mais tradicionais associadas à rega, e a sua inserção nos diferentes processos produtivos industriais, realçando a importância da hidroeletricidade, no desenvolvimento das bacias hidrográficas, sem esquecer os usos públicos e a ocupação das margens para outras atividades (Costa, 2012). Desde o Minho ao Douro, passando pelo Lima, Cávado, seus afluentes mais importantes e outros cursos de água, que marcam o mapa hídrico do Norte de Portugal, confrontamo-nos com a arte dos engenheiros e desenhadores, nos projetos promovidos pelas Hidráulicas; com os pedidos e queixas de cidadãos, com a avaliação dos projetos propostos por particulares; com as histórias dos Guarda-rios e com os relatos pormenorizados do escrivão recolhido em seu ofício. Mapas, projetos, ofícios, cadastros, relatórios, notações de correspondência,... (Campelo, 2011).

No acervo morto da ARH – NORTE, I. P., estão identificados vários constrangimentos, dos quais se destacam:

- a falta de conhecimento da sua existência por parte da comunidade científica e da população em geral;
- o depósito do acervo em salas com poucas condições para a sua conservação e utilização;
- a falta de organização, descrição e instrumentos de acesso à documentação;
- a dificuldade ou mesmo impossibilidade no acesso e na fruição do património arquivístico;
- a inexistência de estratégias e medidas de preservação e conservação do acervo documental (fots. 1 e 2).

Fots. 1 e 2 – Aspeto do Arquivo da ARH do Norte situado em Braga.



O acervo documental da ARH do Norte está disperso pelas cidades de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, em depósitos improvisados que possuem poucas condições para a sua conservação. O arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte relacionado com os processos do Domínio Público Hídrico nas bacias do rio Ave e rio Cávado situa-se num apartamento T3 da cidade de Braga, num espaço reduzido e de uma forma geral, em mau estado e desorganizado. Neste apartamento, arrendado à CCDR do Norte, encontram-se também outros documentos produzidos por esta instituição ao longo dos últimos anos.

De entre os milhares de pastas aí existentes, encontram-se os processos relacionados com o Domínio Público Hídrico (DPH) das Bacias Hidrográficas do Ave e do Cávado, desde 1886 até à atualidade, em processos numerados sequencialmente por ano e colocadas em pastas de arquivo, também sequencialmente ordenadas (Costa, 2012).

## **2. O CEDOCAVE – DA IDEIA AO PROJETO**

No início de 2011, estabeleceram-se contatos e foram feitas reuniões entre a Administração da Região Hidrográfica do Norte e a Universidade do Minho, no sentido de elaborar um protocolo entre as duas entidades, que foi assinado em Julho do mesmo ano, tendo em vista o desenvolvimento de um modelo de gestão integrada da informação do seu arquivo. Neste contexto, foi elaborado pela Universidade do Minho (UM) o Projeto “O Sistema de Informação Arquivística da Administração da Região Hidrográfica do Norte: desenvolvimento da sua gestão integrada”, e que foi apresentado a esta entidade no mês de Julho de 2011. O objetivo central deste Projeto é o desenvolvimento de um modelo de gestão integrada da informação de arquivo da ARH do Norte, tendo em vista a sua utilização pela entidade produtora e o seu uso para fins de investigação, sobretudo aquela que tem maior interesse histórico. O Projeto apresentado foi aprovado na generalidade, ficando por

definir o quadro financeiro de suporte e as candidaturas aos programas nacionais e da União Europeia.

Em 2012, com a criação da Agência do Ambiente e a incorporação da ARH do Norte na sua orgânica, tornou-se imperioso a transladação do arquivo de Braga para instalações independentes e autónomas em termos de gestão. No seguimento desta mudança fomos contactados pela ARH do Norte no sentido de se tentar encontrar uma solução em termos de instalações para a acomodação do referido arquivo. Iniciamos estas diligências junto de responsáveis da Câmara Municipal de Guimarães e expusemos o projeto “CEDOCAVE”, que contempla a organização e gestão do arquivo existente em Braga, tendo o mesmo manifestado o apoio institucional. Após a Câmara Municipal de Guimarães ter mostrado interesse em contribuir com uma solução para a questão do alojamento do arquivo, foi reiterado o interesse da autarquia em receber o arquivo tendo apontado um edifício para a sua eventual instalação na recém recuperada Zona de Couros (fot. 3).

Fot. 3 – Local de Implantação do CEDOCAVE na Zona de Couros.

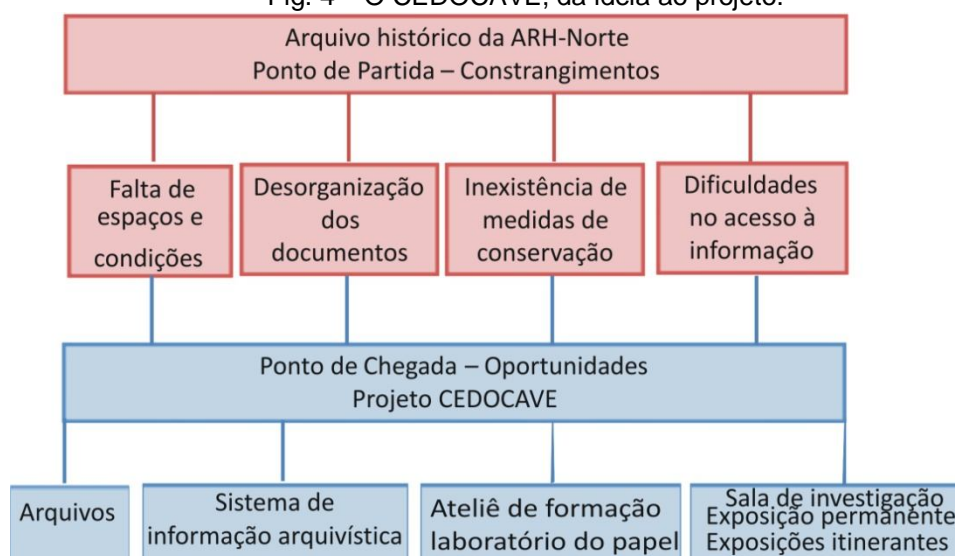


Tal localização mostra que o CEDOCAVE pode tornar-se um projeto de revitalização urbana no quadro do centro histórico de Guimarães.

## **2.1 O CEDOCAVE como projeto-âncora**

A necessidade de recuperar e reabilitar o importante acervo histórico da Administração da Região Hidrográfica do Norte, resulta das pesquisas realizadas no arquivo por parte de investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho nos últimos anos. Com a criação do CEDOCAVE propõe-se desenvolver um Projeto-âncora sustentado no arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte por forma a concretizar diversas ações/atividades (fig. 4).

Fig. 4 – O CEDOCAVE, da ideia ao projeto.



Para a concretização deste projeto, será necessário desenvolver uma parceria tripartida, ARH do Norte, como proprietária do arquivo físico, Câmara Municipal de Guimarães, como proprietária das instalações onde será sediado o CEDOCAVE e a Universidade do Minho, como gestora do mesmo espaço e de todas as suas valências.

#### 2.1.1 A sala de arquivo

Num primeiro momento, torna-se fundamental proceder à transladação do acervo da ARH do Norte alojado em Braga para um espaço funcional que assegure a sua correta acomodação. Prevê-se a necessidade de um espaço com uma área aproximada de 150 m<sup>2</sup> com condições de luz e humidade adequados à conservação dos documentos que aí vão estar depositados. Neste intuito, já foram desenvolvidas conversações entre a universidade do Minho e a Câmara Municipal de Guimarães.

#### 2.1.2 “O Sistema de Informação Arquivística da Administração da Região Hidrográfica do Norte: desenvolvimento da sua gestão integrada”

Com o objetivo de organizar, preservar e disponibilizar à sociedade este importante fundo documental, a UM apresentou à Direção da Administração da Região Hidrográfica do Norte a implementação do projeto *O Sistema de Informação Arquivística da Administração da Região Hidrográfica do Norte: desenvolvimento da sua gestão integrada*, o qual procurará também desenvolver um modelo de gestão da informação arquivística da ARH do Norte, tendo o mesmo sido aprovado, aguardando neste momento a resolução das indispensáveis formalidades administrativas para se iniciar a sua execução. O objetivo central deste projeto é o desenvolvimento de um modelo de gestão integrada da informação de arquivo da ARH do Norte, tendo em vista a sua utilização pela entidade produtora e o seu uso para fins de investigação, sobretudo aquela que tem maior interesse histórico.

O sistema de arquivo da ARH do Norte será analisado nas suas várias fases (administrativa, intermédia e histórica), sendo privilegiados os aspetos relativos à gestão documental e as operações que constituem todo o processo de tratamento da informação arquivística: recenseamento dos arquivos administrativos; avaliação, seleção e eliminação de documentos; transferências periódicas; meios de controlo e de acesso à informação (Costa e Cordeiro, 2012).

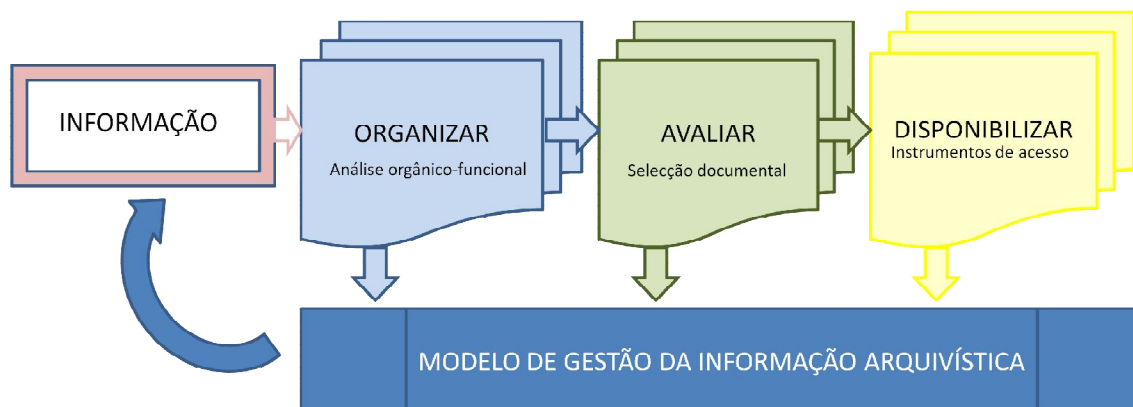
O estudo será desenvolvido a partir da documentação descentralizada pelos arquivos da ARH do Norte (Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real) em estreita cooperação com os serviços administrativos (diretamente envolvidos no processo de produção documental e seus utilizadores primários) e com investigadores especializados (quer para estudo da história institucional e da administração, nas suas várias facetas, quer como utilizadores potenciais da informação de arquivo).

Paralelamente à análise da documentação de arquivo histórico existente no arquivo a criar no CEDOCAVE far-se-á o estudo dos circuitos da documentação, sua utilização, meios de acesso à informação e instrumentos de controlo existentes. O estudo desenvolvido permitirá avançar para a aplicação de sistemas automatizados na gestão da informação, incluindo o disco ótico, como tecnologia de reprodução documental. O projeto visa, ainda, conduzir à promulgação de uma portaria regulamentadora dos prazos de conservação e eliminação de documentos da ARH do Norte e à criação institucional do seu arquivo (Costa e Cordeiro, 2012).

O “*Sistema de Informação Arquivística da Administração da Região Hidrográfica do Norte: desenvolvimento da sua gestão integrada*” tem como finalidade desenvolver um modelo de gestão da informação arquivística da ARH do Norte com base nos seguintes objetivos (Costa e Cordeiro, 2012):

- Fazer uma análise orgânico-funcional dos organismos produtores para se chegar ao conhecimento do contexto de produção da informação;
- Fazer a análise da documentação existente nos diferentes depósitos do arquivo da ARH do Norte;
- Fazer um recenseamento da documentação existente nos arquivos para controlo físico da mesma e para permitir a organização das séries arquivísticas e, por consequência, a elaboração do inventário;
- Proceder ao estudo necessário para se efetivar a avaliação e a seleção documental;
- Produzir instrumentos de trabalho arquivístico para controlo e acesso à informação;
- Elaborar um estudo de contextualização da informação e de instrumentos de acesso à informação tendo por base as normas internacionais de descrição arquivística e de registos de autoridade;
- Produzir estudos sobre a história da ARH do Norte e ao contexto social e cultural dos mesmos (fig. 5).

Fig. 5 – Modelo de gestão arquivística a implantar no CEDOCAVE.



A situação do sistema de informação arquivística da ARH do Norte é deveras preocupante. A documentação que deixa de ter utilidade administrativa é acumulada em condições precárias, sem qualquer tratamento documental, o que dificulta, ou mesmo impossibilita, o acesso à mesma, quer por parte da própria entidade produtora, quer para outros fins, nomeadamente de investigação. A documentação foi-se acumulando, ao longo dos anos, na maioria dos casos sem orientações relativamente ao processo de avaliação e triagem, de que ela deve ser objeto. Esta situação, para além de ter repercussões negativas óbvias, relativamente ao funcionamento dos serviços administrativos, inviabiliza qualquer tipo de investigação séria sobre a história das entidades antecessoras à ARH do Norte, já que as fontes estão inacessíveis e sem controlo, do ponto de vista arquivístico. O projeto vai-se iniciar praticamente, do zero. Embora, do ponto de vista arquivístico, haja fundamentação teórica, em termos gerais, que o permitam desenvolver e assegurar-lhe resultados positivos, não há, contudo, qualquer estudo semelhante face a um arquivo de uma Administração da Região Hidrográfica - que tem especificidades próprias -, o que o torna completamente inovador. A metodologia que vai ser usada nas várias fases do projeto pode ser aplicável a outros casos, pelo que ele representa já um avanço face ao conhecimento nesta área, quer no nosso País, quer mesmo a nível internacional. Do ponto de vista da história das entidades antecessoras da Administração da Região Hidrográfica do Norte, também tudo está praticamente por fazer, pois até ao momento as principais fontes de investigação - a documentação da própria ARH do Norte - estão quase inacessíveis, e até mesmo, ignoradas. O desenvolvimento, que com o presente projeto se pretende dar ao trabalho, representa um progresso muito considerável na conceção do modelo de gestão arquivística para um sistema de informação relacionado com a gestão da água e o planeamento dos recursos hídricos. A situação da esmagadora maioria dos depósitos é bastante deficiente e implica, por isso, trabalhos prévios muito morosos de arrumação e ordenação física dos documentos, com vista a constituir uma base sólida para estabilizar e tornar eficiente o sistema de gestão da informação arquivística da ARH do Norte. Além disso, o estudo que



se irá desenvolver, relativamente à avaliação dos documentos, será um passo decisivo para propor à Direção-Geral de Arquivos a promulgação de uma portaria regulamentadora dos prazos de conservação e eliminação documental (instrumento legal até agora inexistente) (Costa e Cordeiro, 2012).

Em Portugal, são muito poucos os estudos relativos à gestão de documentos de arquivo, bem como as aplicações informáticas concebidas especificamente para o efeito. Por outro lado, no nosso País existe um vazio legal no que respeita à avaliação de documentos, com vista à respetiva triagem e eliminação.

Quanto aos sistemas de arquivos dos Serviços Hidráulicos, não há estudos que sirvam de base para a sua caracterização. A realidade internacional não tem afinidades com a nossa, embora a abordagem do ponto de vista arquivístico seja idêntica. O levantamento da legislação e o estudo orgânico-funcional da ARH do Norte, desde as origens mais remotas, é um instrumento fundamental, que constitui um elemento indispensável à rigorosa compreensão do sistema de informação arquivística. Seguidamente, proceder-se-á à análise da documentação existente no arquivo da ARH Norte, com recurso a *software* específico para gestão de arquivos, nas suas várias fases (desde a produção à conservação definitiva) (Costa e Cordeiro, 2012).

#### 2.1.3 Sala de investigadores

Torna-se absolutamente necessário a criação no CEDOCAVE de uma sala para investigadores por forma a possibilitar o acesso à informação aí existente. Será assim necessário um espaço com 5 postos de trabalho e o respetivo mobiliário, pontos de luz, comunicações e internet. Estima-se uma área de 25 m<sup>2</sup> numa sala contígua ao arquivo. O acesso será devidamente controlado e progressivo, em função da execução do Sistema de Informação Arquivística.

#### 2.1.4 Exposição permanente “Património e Cultura da água - Memórias dos Serviços Hidráulicos”

A exposição contará essencialmente com algumas peças do acervo documental e técnico dos antigos Serviços Hidráulicos do Douro, no Norte de Portugal, pertença da atual Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte), para o qual já obteve a respetiva autorização.

São assim várias as áreas temáticas de interesse científico tidas em conta na análise dos processos de licenciamento do Domínio Público Hídrico do arquivo da ARH do Norte, podendo destacarem-se os seguintes domínios de investigação:

- a organização territorial - a importância dos cantões no contexto da organização territorial das sub-bacias hidrográficas; as sucessivas alterações na divisão das bacias hidrográficas por cantões;
- as competências e atribuições técnico-administrativas – procedimentos administrativos e organização interna dos processos, autos de transgressão, editais e outros documentos;
- o uso das águas públicas e a ocupação do domínio público hídrico - a rega e os regadios, a cultura do linho na sua relação com as águas públicas, o papel dos moinhos no aproveitamento hidráulico das águas públicas, outros

engenhos ligados ao aproveitamento das águas públicas – a serração e os lagares de azeite, as indústrias tradicionais: têxtil, papel, cutelarias, fundições, os aproveitamentos hidroelétricos, outros usos das águas públicas como os lavadouros públicos, a navegabilidade e o transporte por barcos, a pesca e os repovoamentos piscícolas, as praias fluviais...;

- os trabalhos de limpeza e a extração de inertes;
- as alterações morfométricas e as ações de regularização fluvial;
- as situações de conflito - a poluição industrial, as lavarias, a extração de pedra (as pedreiras).

Da exposição constarão peças documentais (plantas, projetos, livros e documentação variada), cartografia, peças de vestuário (por exemplo a farda de guarda-rios) e instrumentos técnicos utilizados em trabalho de campo, sendo necessário uma sala com aproximadamente 100 m<sup>2</sup>

#### 2.1.5 Exposições temáticas itinerantes

As exposições temáticas visam divulgar os documentos de maior interesse histórico depositados num fundo documental a constituir. Os documentos expostos virão do fundo documental referido (originais) e de outros decorrentes do trabalho elaborado a partir deste. A planificação das exposições dependerá do interesse demonstrado e da contratualização com as autarquias do Ave e Cávado, bem como de outras entidades e organismos públicos ou privados – escolas, universidades, museus, associações empresariais, associações locais, organismos públicos e empresas do setor da água, entre outras. As exposições poderão ter uma temática mais generalista (usos do DPH, ocupação ...) ou centrar-se em contextos mais específicos (referidos no ponto anterior), assumindo um carácter mais local (lugar, freguesia, ribeiro...) ou regional (bacia, sub-bacia, rio, concelho ...). O financiamento das exposições itinerantes será assegurado pelas entidades e organismos interessados.

#### 2.1.6 Ateliê de formação e laboratório do papel

Pretende-se criar no CEDOCAVE um espaço que possibilite a realização de ações de formação e cursos de especialização na área de preservação e recuperação de documentos deteriorados ou danificados e de livros antigos. O principal objetivo é o de promover o conhecimento sobre os cuidados a ter com livros e documentos antigos ou danificados e técnicas de proteção de livros e reparação de danos em papel. Trata-se de uma valência inovadora que será gerida nas componentes científicas e técnicas pela Universidade do Minho, com a cooperação de outras instituições ligadas à conservação documental. O financiamento destas ações de formação e cursos de especialização será garantido pelo pagamento das respetivas inscrições/propinas. Conta-se com o contributo de especialistas da Universidade do Minho e de outras instituições do país e do estrangeiro. Para este ateliê de formação, necessita-se de uma sala no CEDOCAVE com 20 postos de trabalho numa área aproximada de 80 m<sup>2</sup>.

Prevê-se também a criação de um laboratório que permita a adequação das ações de formação e cursos de especialização sobre a componente prática nas suas diferentes modalidades. O laboratório deverá possuir os instrumentos

e tecnologias adequados para possibilitar as operações de preservação e recuperação de documentos e livros gráficos antigos, e funcionar em regime de prestação de serviços às diferentes entidades e organismos interessados em tais trabalhos, por modo a garantir o seu funcionamento e sustentabilidade financeira. A modalidade de contratação de um ou mais especialistas para o laboratório está dependente do volume de trabalho, sendo de esperar uma grande adesão face às insuficiências que se registam neste campo de atividade em Portugal. O laboratório deve estar em anexo à sala de ateliê e dispor de uma área aproximada de 30 m<sup>2</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A riqueza documental do arquivo da ARH-NORTE e suas potencialidades no âmbito da investigação permitem estudos diversificados, quer no domínio da Geografia, das ciências históricas, do património, do planeamento e também em alguns campos da arqueologia, da hidráulica e hidrologia. Garantir a sua conservação é essencial, pelo que a sua gestão integrada e sua institucionalização através do CEDOCAVE é um passo importante na defesa de uma memória comum que urge preservar.

A implantação do CEDOCAVE na Zona de Couros torna-se, assim, mais um elemento a ter em conta na revitalização urbana do centro histórico de Guimarães.

## BIBLIOGRAFIA

- Campelo, A. – “das hidráulicas aos recursos hídricos: história, sociedade e saber”. *Edições ARH do Norte*, I.P. Porto, 2011, 139 p.
- Cordeiro, J. M. L. – “Indústria e energia na Bacia do Ave (1845-1959)”, *Cadernos do Noroeste* (Série História 1), 2001, 15 (1-2).
- Costa, F. S. – “O rio Ave no início do século XX: uma perspetiva segundo os aproveitamentos hidroelétricos”, in *Actas do II Simpósio dos Aproveitamentos Hidroelétricos*, Vila Real, 2003, 13 p.
- Costa, F. S. – “Os aproveitamentos hidráulicos e hidroelétricos do rio Ave no período 1902-1936”, *Actas do 7º Congresso da Água*, Lisboa, 2004, 15 p.
- Costa, F. S. – “As águas públicas na bacia do Ave: Uma perspectiva do ordenamento do território no início do século XX”, *Actas do 7º Congresso da Água*, Lisboa, 2004, 14 p.
- Costa, F. S. - A gestão das águas públicas – O caso da Bacia Hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973, *Dissertação de Doutoramento*, Universidade do Minho, Braga, 2008, 857 p.
- Costa, F. S. - “Águas públicas e sua utilização no concelho de Fafe - Um contributo do ponto de vista histórico-geográfico”, *Câmara Municipal de Fafe*, Fafe, 2010, 144 p.
- Costa, F. S. - O arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte. Roteiro metodológico in *Caminhos da Água. Paisagens e usos na longa duração*, Coord. Manuela Martins, Isabel Vaz de Freitas, María Isabel del Val

Valdivieso, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Braga, 2012, pp. 267-292

Costa, F. S., Cordeiro, J. M. L. – O arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte - Um contributo na abordagem histórico-geográfica do Domínio Público Hídrico, *Atas do 11º Congresso da Água*, Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, Porto, 2012, 10 p. (Cd-Rom).

Lacerda, S. - “Os Arquivos!”, *Boletim da Direcção-Geral de Arquivos*, 18, Julho - Setembro 2011, pp. 1 - 2.